

Governador avisa que vai exonerar todos os envolvidos no processo que provocou a suspensão dos serviços médicos aos integrantes da corporação. Ex-diretor do Departamento de Saúde afirma que o comandante-geral foi alertado para a necessidade de remanejar a verba

Mais R\$ 35 milhões para a PM

» CAMILA COSTA

O governador Agnello Queiroz afirmou ontem que vai exonerar todas as pessoas envolvidas na suspensão dos convênios da Polícia Militar com as clínicas médicas. A decisão foi anunciada após ele enviar à Câmara Legislativa projeto de remanejamento orçamentário de R\$ 35 milhões para amenizar a crise com e retomar a prestação dos serviços de saúde à corporação interrompida na última segunda-feira.

Segundo a Secretaria de Comunicação do DF, a investigação que apontará os culpados ainda não foi concluída. Assim, não é possível afirmar se o comandante-geral da PMDF, Jooziel de Melo Freire, estará na lista de exonerações. Mas, segundo o ex-chefe do Departamento de Saúde da PM, coronel Sérgio Luiz de Souza Cordeiro, Jooziel foi informado de todos os trâmites, principalmente da falta de recursos para os planos, o que levaria ao cancelamento dos convênios.

“Tenho documentos de junho, outubro, novembro, mostrando que eu avisei, mas ele (comandante-geral) levou na brincadeira. Quando constatei que não teria recurso e não caberia outra posição a não ser suspender os contratos, porque eu não podia gastar dinheiro público sem previsão orçamentária, entreguei o meu cargo. Eu sou a parte técnica, ele (Jooziel) é a política. Ele tinha que ter corrido atrás do recurso”, afirmou o ex-chefe do Departamento de Saúde da PM, exonerado do cargo no último dia 28.

Segundo o coronel Cordeiro,

Mobilização

O plano de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal foi suspenso no último dia 25. O fato provocou uma crise na PMDF. Fontes ligadas ao Executivo afirmaram que o problema estava na gestão da corporação, já que a PMDF tem dinheiro em caixa que poderia ser remanejado, com antecedência, para evitar o cancelamento dos convênios. Desde a semana passada, os militares não conseguem atendimento nos hospitais particulares do DF. Tratamentos de câncer e de hemodiálise foram cancelados. Está prevista para hoje uma manifestação dos policiais. A concentração está marcada para as 9h, na área central de Brasília, próximo ao Museu da República. Os militares querem mais diálogo com o Governo do DF, além do cumprimento de promessas de campanha, como melhorias para a área de segurança pública.

no início do ano, a corporação tinha orçamento aprovado de R\$ 116 milhões, sendo que 41% (R\$ 47 milhões), apesar de contingenciados, poderiam ser usados. “Solicitei ao comandante, diante os grandes gastos, que fossem liberados R\$ 21 milhões desse dinheiro, que seriam suficientes para segurar até 31 de dezembro, mas a Subsecretaria do Tesouro negou o pedido”, disse Cordeiro. No entanto, ele lembrou que o pedido poderia ser reapresentado em outro momento.

Em outubro, os gastos aumentaram com a utilização do plano de saúde da categoria. Cordeiro,

Carlos Silva/Esp. CB/D.A Press - 8/12/09



A normalização dos serviços, com verba da educação, não eliminou a crise no comando da corporação. Hoje, está programada uma manifestação

mais uma vez, teria enviado outro documento ao comandante-geral, para alertá-lo da dificuldade orçamentária. “Aí, os recursos nem estavam mais previstos e o pedido foi novamente negado, porque estava fora do prazo. Falei que os planos não podiam ser suspensos, mas quem pagaria as despesas que foram feitas?”.

O comandante-geral, Jooziel Freire, não atendeu as ligações da reportagem para comentar as declarações do coronel

Cordeiro. Mas, no último sábado, ele afirmou ao *Correio* que estava fazendo os remanejamentos orçamentários e responsabilizou o ex-chefe do Departamento de Saúde de ter tomado uma decisão isolada ao suspender os planos de saúde.

Em nota, o governador Agnello declarou que a suspensão dos convênios foi “um ato de irresponsabilidade, que colocou em risco a vida das pessoas que trabalham pela segurança do DF”.

Ele deve sancionar, hoje, o PL enviado e aprovado ontem mesmo pelos deputados distritais. Os R\$ 35 milhões que vão cobrir os gastos com saúde da PM sairão do caixa do GDF e, originalmente, seriam destinados ao pagamento de pessoal da Secretaria de Educação.

A Secretaria de Planejamento garante que esse arranjo não prejudicará os compromissos da pasta. “A Lei de Diretrizes Orçamentárias da União permite o

remanejamento dos recursos do Fundo Constitucional do DF, por meio de decreto, desde que seja para o pagamento de pessoal. Como a folha de pagamento da educação ainda vai ser fechada, e os servidores recebem entre os dias 4 e 5, conseguimos remanejar o orçamento do DF para a PM, e da União para o pagamento de pessoal da educação”, explicou a secretária adjunta de Planejamento, Wanderly Ferreira da Costa.